

## A SOCIOLOGIA DOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Daniel Sarmiento Pereira<sup>1</sup>  
Sandra Micheli Greff Menuzzi<sup>2</sup>  
Muriel Pinto<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo desdobra-se a apresentar a problematização de uma realidade histórica brasileira, “A sociologia dos aparelhos ideológicos do estado: o papel das instituições de ensino”, com fundamento na teoria crítica, abordando a sua construção histórica e os processos políticos em que se inserem. Objetiva-se problematizar dados sobre a situação sociológica que entrelaça a tríade, poder, estado e aparelhos ideológicos. De forma específica, buscou-se discutir sobre a forma como se manifestam no contexto social, em especial ao que concerne ao trato das instituições de ensino como mecanismos de desenvolvimento social e não simplesmente ideológico. Para atingir os objetivos do estudo, foram realizadas leituras exploratórias, seletivas, analíticas e interpretativas de livros e artigos. Assim, utilizou-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico alicerçada nos estudos de autores consagrados na área das políticas públicas e sociologia da educação. Concluindo, a problematização sobre a interpretação do tema, permite compreender que as ações desenvolvidas pelo aparelho ideológico no caso específico, permite o desencadeamento de disposições e um desafio de formar e transformar, conseqüentemente, isso requer uma concepção integradora do pensar, sentir e agir no contexto do mundo real, a formação científica não se confunde com ideologias específicas.

**Palavras-chave:** Poder. Estado. Aparelhos Ideológicos. Instituições Educacionais.

**ABSTRACT:** This article unfolds to present the problematization of a Brazilian historical reality, “The sociology of the ideological apparatuses of the state: the role of educational institutions”, based on critical theory, approaching its historical construction and the political processes in which it is carried out insert. The objective is to problematize data on the sociological situation that intertwines the

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, pela UNIPAMPA, Campus São Borja/RS. Possui graduação em Sociologia – Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: danielpereira.aluno@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, pela UNIPAMPA, Campus São Borja/RS. Bacharela em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. Advogada. E-mail: greff\_sandra@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus São Borja. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br.

triad, power, state and ideological apparatus. Specifically, we sought to discuss how they manifest themselves in the social context, especially with regard to the treatment of educational institutions as mechanisms of social development and not simply ideological. To achieve the objectives of the study, exploratory, selective, analytical and interpretive readings of books and articles were carried out. Thus, bibliographic research was used, based on studies by renowned authors in the area of public policies and sociology of education. In conclusion, the problematization on the interpretation of the theme, allows to understand that the actions developed by the ideological apparatus in the specific case, allows the triggering of dispositions and a challenge of forming and transforming, consequently, this requires an integrative conception of thinking, feeling and acting in the In the real world context, scientific training is not to be confused with specific ideologies.

**Keywords:** Power. State. Ideological Apparatus. Educational Institutions.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como delineamento a pesquisa bibliográfica, o debate e contextos que retomam pontos de convergência e desmistificam algumas barreiras o Estado e agente social em torno de um caráter pedagógico versátil com propósito da manutenção, equilíbrio e desenvolvimento das estruturas de governança do Estado. A pesquisa intitulada “A sociologia dos aparelhos ideológicos do estado: o papel das instituições de ensino”, é relevante não apenas como fator de conhecimento, mas como dimensão para a percepção e aprimoramento das relações postas em jogo no campo onde as relações sociais são estabelecidas e fundamentadas.

O presente artigo problematiza sobre a Sociologia dos Aparelhos Ideológicos do Estado e se caracteriza como recorte nas instituições ensino do país. Buscou-se trazer para este espaço questões latentes e consideradas fundamentais constituídas por um arranjo de normas do ordenamento jurídico brasileiro que objetivam a proteção e o direito à educação; no que consiste considerar, quando tratando-se da educação básica pressupõe o desenvolvimento do agente social e quando tratando-se da educação superior, esta consiste no pleno desenvolvimento do agente social.

Ao longo dos anos de sua implementação, percebe-se as dificuldades em considerar o número elevado de pessoas, cenário que envolve crianças, jovens, adultos e idosos, que têm seus direitos violados no Brasil. A construção da concepção de direitos e os desafios em colocá-los efetivamente em prática merecem atenção

tanto dos agentes sociais quanto dos agentes públicos, as instituições escolares servem como aparelhos ideológicos do Estado e trabalham em uma perspectiva de passar o conhecimento técnico, mas também estabelecem posicionamento sobre a ideologia dominante do sistema capitalista.

Nesse sentido, buscou-se de forma sintetizada estruturar um espaço dividido por títulos e subtítulos, desenvolvendo em um primeiro momento uma explicação sobre o que são os aparelhos ideológicos do Estado e a relação estabelecida entre o ente público e as demais instituições que se encontram em consonância e assim trabalham em prol de seu desenvolvimento, na sequência estabeleceu-se uma explicação que buscou de forma resumida mas, muito objetiva um recorrido na memória sobre o processo de desenvolvimento da educação das instituições educacionais no Brasil, na sequência, o desenvolvimento do texto concentra-se no papel e na função que essas instituições possuem para o processo de desenvolvimento social, cultural, religioso, econômico e democrático do País, e, por fim, estabeleceu-se um apanhado geral em que constituiu-se como sendo considerações finais para este artigo.

## DA CARACTERIZAÇÃO AO CONCEITO

Quando se problematiza sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, designa-se um discurso sobre realidades que se apresentam na forma de instituições distintas e especializadas, mas que convergem de maneira singular entre si. Diante do cenário em que a abordagem será conduzida, cabe salientar que alguns conceitos são fundamentais, para compreensão e familiarização, sendo alguns inclusive abordados com maior propriedades no decorrer deste artigo, da mesma forma, compreender a estrutura organizacional e o processo pelo qual encontram-se intrínsecos, é interessante, pois, observar a maneira com que o Estado chega a percepção de um problema “x”, assim como mantém uma estrutura para a resolução do mesmo, seus limites e sua abrangência, fatores fundamentais que caracterizam o Estado na pós-modernidade.

Como forma de estabelecermos uma conexão maior, cabe lembrar ou relembrar noções fundamentais, sendo a primeira delas: a definição de Estado, estruturada pelo alemão Max Weber na famosa conferência pronunciada diante de estudantes, onde se desenhava, de modo muito conciso, o aparecimento e o perfil do político profissional “agente público a serviço do Estado”, mas enquadrado numa reflexão filosófico-política de grande fôlego que, entre outras coisas, aborda o magno problema da relação entre a ética e a política, nesta obra “A política como vocação” é possível perceber uma dimensão de como o Estado é estruturado na visão de Weber.

Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: O Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência” (WEBER, 2017, p. 56).

O Estado, assim, é um aparato institucional que se define por ideologias ou pelo uso da força quando necessário para a manutenção da ordem pública ou até mesmo para a própria manutenção do Estado, desde que este observe sempre os limites da lei. Quando de uma análise sobre sua existência, esta ganha sentido, se pensarmos como sendo uma instituição macro onde lhe concerne, dentro dos limites, gerenciar de maneira centralizada ações, pactuar regras e normatizações, sendo que o objeto mantenha-se resguardado pela sua integridade e continuidade. O poder para o Estado recai na materialidade da instituição, resguarda-se nas condições reais que esse apresenta aos seus Aparelhos Ideológicos.

Diante de vários autores que cunharam uma definição para o “Estado”, acompanha-se a definição do sociólogo Tilly, (1996, p.46) segundo a qual, “Definamos os estados como aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios”. Faz-se necessário que se tenha coerência, ao observar o Estado e suas inúmeras relações que se fundamentam pela rigorosidade na lei, mas que exercem papel suplementar não pelo poder, mas sim por sua estrutura condicionada ao longo do tempo.

Em suma, tendo em vista que o decurso analítico recai sobre os aparelhos ideológicos do Estado, como forma de ir atrelando os conceitos e configurando uma linha teórica para o que se está problematizando,

[...] a ideologia é um sistema de representações que em todas as sociedades assegura a relação dos indivíduos com as tarefas fixadas pela estrutura do todo social, este sistema não é, pois, um sistema de conhecimento. Pelo contrário, é o sistema de ilusões necessárias aos sujeitos históricos; em segundo lugar, em uma sociedade classista, a ideologia recebe uma função suplementar: manter os indivíduos nas posições determinadas pela dominação de classe; e, em terceiro, o princípio de subversão dessa dominação pertence ao oposto da ideologia, isto é, a ciência. [...] Uma vez que a ideologia não foi entendida fundamentalmente como o lugar da luta, ela termina por ocupar o lugar determinado na tradição filosófica: o lugar do Outro da Ciência. (RANCIERE, 1971, p. 328 e 330).

Parece que, se modificações ocorreram, elas não alteraram substancialmente o quadro anterior, caracterizado, como vimos, por uma total oposição entre ciência e ideologia. Em uma linguagem formal, pode-se considerar que o conceito de Estado e ideologia variam conforme o ângulo em que são considerados. Neste artigo, interessa o prisma em que se percebe o Estado como instituição política norteadora de um aparato institucional robusto, no qual confere-lhe segurança, organização, economia e gerenciador da coisa pública. O Estado é pessoa jurídica territorial soberana, que exerce uma atividade em prol do cumprimento, do dever de alcançar o interesse público, amparado de forma ideológica ou pela utilização do saber científico, mediante o uso de poderes instrumentalmente necessários conferidos pela ordem jurídica a si e aos seus entes.

## DA RELAÇÃO DOS LIMITES A EFICIÊNCIA DO PODER DO ESTADO

As políticas do Estado referem-se às ações que determinam um padrão de proteção para os agentes sociais dentro de seus limites, estando neste sentido embebidas por uma filosofia política, voltada para uma realidade que mantenha relação com o sistema capitalista. Toda essa robusta estrutura e seu aperfeiçoamento foi sendo cunhado ao longo do tempo, têm suas raízes, voltadas para a resolução de conflitos surgidos entre capital e trabalho, nos dilemas internos e externos, nas ideologias divergentes e pela necessidade em adequar-se aos modelos globais.

Conforme mencionado por Foucault, (2009, p.234) não basta afirmar o que de fato são os aparelhos ideológicos, devemos tentar definir mais precisamente o que elas têm em comum, assim como “*para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações*”. A construção do Estado, na estrutura em que hoje é conhecida, coincide com a codificação dos direitos e deveres dos agentes sociais em um espaço-tempo. Inicialmente, esta construção foi e é, ao longo do tempo aperfeiçoada, seus limites se concentram nos direitos relativos à igualdade perante a lei, aos cuidados com a vida e ao meio ambiente, visam harmonia e bem-estar ao maior número de pessoas possíveis dentro de sua zona limítrofe.

Nestes termos, entende-se que um conjunto de instituições abarcam responsabilidades no desenvolvimento de políticas públicas, uma política pública de corte social, ambiental, ou estrutural, de responsabilidade do Estado ou de um grupo em especial, a qual pode sem dúvida, ser desenhada, implementada e avaliada por organismos não estatais, mas que estabelecem vínculo com o Estado pelas ações que desenvolvem e, do mesmo modo, pela contribuição que estes efetivam.

O Estado em ação, passa a ser percebido nas diversas organizações, sejam elas: de ensino, religiosas, nas forças policiais, no exército, etc., são micro instituições que se situam no interior do Estado. São mecanismos de interferência do Estado na sociedade, visando a manutenção das relações sociais, a preservação da lei e da ordem, no entanto, contribuem no suporte à construção de um modelo organizacional que visa a efetividade de forma a contribuir com as políticas públicas.

Com referência à política educacional, esta complexidade de fatores em seu delineamento é explicitada em texto que discute teoricamente resultados de pesquisas desenvolvidas na perspectiva de se avançar na possibilita ampla da “análise marxista do Estado” em especial e na “pesquisa da política marxista” quanto à discussão sobre a “fundamentação do conceito de Estado Capitalista”. Ressaltando, seria equivocado pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas

indústrias ou de determinadas formas de emprego, para isso, existem fatores que ajustam e condicionam as bases coercitivas (WEBER, 2017).

É também significativo perceber que esses espaços educacionais possuem autonomia didática pedagógica, considerando os limites da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, nº 9.394) que considera os processos e peculiaridades para o desenvolvimento do ensino no País (BRASIL, 1996).

No contexto geral em que se insere a questão das instituições de ensino, se observarmos, levando em consideração o ponto de vista do sociólogo Claus Offe, essa realidade encontra-se emanada de relações institucionalizadas pelo poder público, a estrutura da ênfase nas definições estratégicas da política brasileira que decorrem de um procedimento visionário em prol da produtividade e crescimento estrutural do País, estabelecendo uma vinculação funcional entre o sistema de instituições políticas, o sistema econômico e a sociedade em geral, dimensão essa que pode ser percebida no fragmento citado a seguir.

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas. (OFFE, 1984, p. 128).

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados distintos, porém esse movimento de implementação depende do processo de mobilização coletiva, da diversidade de situações e de interesses entre o Estado e os agentes sociais, esses elementos podem condicionam a confluência de como a política será absorvida.

O desafio presente na estrutura do Estado em um sistema democrático visa conhecer informações manifestas pela sociedade, supõe uma abertura ampla, de caráter epistemológico, contudo, no campo de estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais, o Estado também limita-se aos seus interesses a rigorosidade das leis, e não se flexibiliza apenas a pressão ou manifestações de grupos de interesses antagônicos. Percebe-se que:

Os atos de conhecimento e reconhecimento práticos da fronteira mágica entre dominantes e dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua

revelia, ou até contra a sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de paixões e de sentimentos – amor, admiração, respeito ...emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até contra a vontade, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego, a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais” (BOURDIEU, 1999, P. 51).

Não se pode falar de uma forma única de poder exercida pelo Estado, para Bourdieu (1999), essa construção de poder não se minimiza em uma ação, ou instituição específica, mas sim concretiza-se como uma operação estritamente performativa de denominação, o Estado adquire formas diferenciadas para operacionalizar seu poder dentro de um espaço limitado, que se complementa na forma de aparelhos ideológicos diversos, adequados conforme as necessidades e peculiaridades do Estado.

## MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, UM BREVE ACOMPANHAMENTO

Falar do histórico da educação brasileira é lembrar dos filhos de portugueses, dos descendentes de europeus, dos africanos, dos jesuítas e dos próprios indígenas, ambos recebiam um ensinamento, no entanto, de forma diferenciada. O conhecimento repassado aos alunos não se restringia à propagação de um ensino com base comum, envolvia as ideologias das elites brancas da época. A diferenciação do ensino para o público privilegiado era um pedido que vinha de cima, feito pela própria elite colonial que morava no Brasil, se a observação for realizada com maior afinco no processo de desenvolvimento educacional, é fácil perceber os ranços e avanços que sempre estiveram presente na interface deste cenário (MARX e ENGELS, 2003).

A concepção histórica da educação como processo inserido na luta pela construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais igualitária, dotada de desenvolvimento ou melhor dizendo de pleno desenvolvimento, manifesta-se como



algo recorrente, possui um caráter formativo denso em prol de uma sociedade cada vez mais desenvolvida. É importante perceber que a educação estrutura-se através de métodos e diretrizes, que visam instigar e nortear a execução das ideias de uma coletividade, em suma, é por meio dela que o processo evolutivo ganha espaço, desenvolvimento tecnológico e se expande, mudando a vida dos atores sociais, estabelecendo novos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos burocráticos, entre outros. Ao encontro da concepção Marx e Engels, (2003, p.137) já sinalizavam dizendo que “as ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática”, assim, concebe dizer, que ao ser humano é primordial, o conhecimento como ferramenta para o processo evolutivo, ou seja, a lapidação do saber é a força motriz de uma cidade, estado ou país.

Nesse sentido, os autores sinalizam para a necessidade de alguém do qual pudesse exercer um domínio interpretativo dessas ideias, a fim de fundamentarem com um produto, ou seja, é uma forma de traduzi-las, essa dimensão condiciona para interpretação de sob a importância do desdobramento de métodos e técnicas, para isso são necessários saberes, a construção e lapidação desses saberes que se condiciona pelo processo do desenvolvimento do conhecimento científico.

Antes de um maior aprofundamento no que tange os caminhos trilhado pela educação no Brasil, cabe de forma superficial fazer um apanhado delineando uma definição para o tema educação, considerada como a base sólida de que se valem as sociedades, para que os conhecimentos e os valores humanos construídos pelos indivíduos sejam transmitidos e vividos pelas novas gerações. Nesse sentido o educador brasileiro Paro, define como:

[...] a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico. Isto é, se o homem se faz histórico porque é o construtor de sua própria humanidade, e se essa criação só se dá pela mediação dos conhecimentos, técnicas, valores, instrumentos, tudo enfim o que consubstancia a cultura construída pelos próprios homens, então a educação, ao propiciar a apropriação dessa cultura, é imprescindível para o desenvolvimento histórico (PARO, 2001, p.11).

É esse caráter de perpetuação histórica, que mantém viva a memória de um povo, com suas lembranças, traços culturais e sociais; pela educação se busca a

continuidade e longevidade da vida no Planeta, indiscutivelmente pela educação, ou melhor dizendo, o ser humano valendo-se do uso de técnicas e aparatos científicos também já desencadearam catástrofes e atrocidades, presenciados pela humanidade ao longo de sua história.

A educação e conhecimento mantém intrínseca relação no processo de desenvolvimento do bem-estar social, mas de fato, o que realmente vem a ser conhecimento? Um dos grandes educadores que o Brasil e praticamente o mundo tiveram a oportunidade de conhecer suas teorias e às utilizá-las, Freire, (2003, p.79) diz que “[...] o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo”. Naturalmente, após uma primeira leitura dessa definição, já é possível vislumbrar que, para Freire, o conhecimento é, em primeiro lugar, um processo. Sendo, nesse sentido uma ação e reflexão sobre o mundo, realizadas pelos atores sociais. Complementando o fragmento acima citado Freire, (1982, p. 95), nos reporta dizendo “[...] a educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática”.

Diante da observação, há que se considerar que, a educação é, além de um processo gnosiológico, uma ferramenta política, uma vez que sua objetividade está atrelada à prática educativa, constituindo-se como importantíssimo aparato ideológico de estado.

## DOS DESAFIOS DA FORMAÇÃO AOS FATORES DE MUDANÇA

Recentemente, muito se ouve falar que o Brasil vive uma crise ideológica, a preocupação acerca da “democracia” tornou-se uma problemática de acalentados debates despontou uma diversidade de eventos principalmente *online*, que trazem em seu arcabouço essa discussão: São fórum, seminários acadêmicos, simpósios entre outros tantos desenvolvidos no meio educacional brasileiro, particularmente desenhados por alunos de graduação e pós-graduação, professores e demais agentes ligados por interesse comuns a causa. Todavia, talvez devido a sua novidade conceitual da palavra, mas não apenas por isso, o desconhecimento do papel exercido pelos aparelhos ideológicos ainda se faz presente na sociedade.

Todavia, se as significações ideológicas não são estáveis, a divisão do exercício e do papel dessas instituições no meio social, parece universal. O que produz e reproduz, o que Bourdieu chamou de “poder simbólico”. É importante salientar que, por um lado, as instituições escolares estão a serviço da e para a sociedade e por outro, contribuem para a "permanência dentro da mudança e pela

mudança" (BOURDIEU 1999, p. 110).

A Sociologia dos aparelhos ideológicos do Estado se manifesta pela ação conjunta dos agentes públicos em cada instituição, essa forma de “poder” age com um dispêndio mínimo de energia, mas resulta em um mecanismo de introjeção de ideias e princípios. Para BOURDIEU (1999, p. 50), o poder simbólico "se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos."

Aqui as ações desenvolvidas pelo aparelho ideológico desencadeiam disposições, e um desafio de formar e transformar, conseqüentemente, isso requer uma concepção integradora do pensar, sentir e agir no contexto do mundo real. É importante observar neste sentido em que estamos falando do papel das instituições de ensino, sendo que este não se resume ao ato de ensinar. A maior responsabilidade concentra-se na formação dos agentes sociais, as ações desenvolvidas nestes espaços levam em consideração, uma base comum legal, uma estrutura condicionada para atender as peculiaridades sociais, locais, regionais e nacional a partir de um processo de formação e transformação.

O mundo vem passando por rápidas transformações, situações não previstas e catástrofes que alteram significativamente o modo de vida dos agentes sociais. Direta ou indiretamente, o trabalho é cada vez mais atingido por essas transformações e requerem um grau maior de competência, eficiência e qualificação. A educação tem um papel chave nesse processo, pois ajudará as pessoas a qualificarem-se e a inserirem-se neste mundo repleto de transformações que atingem as esferas ambiental, política, econômica e social. Sendo assim, no último ano intensificou-se a preocupação com a educação, principalmente por causa da pandemia que assolou a humanidade e conseqüentemente a fim de atender a demanda e as exigências necessárias para formar e qualificar as pessoas que dela demandam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo problematizou aspectos importantes sobre a sociologia dos

aparelhos ideológicos do Estado, dando ênfase para o papel das instituições escolares neste processo, visando uma melhor compreensão de seus objetivos. Analisou-se também a relação dos limites e a eficiência do poder do Estado e como estes estão dispostos na sociedade.

Finalmente, chegou o momento em que um apanhado geral se concretiza levando em consideração os valores teóricos da pesquisa, assim e sobre as múltiplas formas de interpretação, delineou-se para a concretização a mais explícitas ou sutis, através das quais a ação do aparelho ideológico pode contribuir para a reprodução da iniquidade, no entanto, essa não se caracteriza como sua função social da instituição em observação, percebe-se, que as instituições de ensino mesmo que a serviço do Estado não são ferramentas de reprodução da iniquidade na sociedade e não contribuem para a fragmentação no processo de formação dos agentes sociais, mas buscam conduzir para uma formação plena e enfatizam o desenvolvimento do senso crítico.

Assim, a concepção de ideologia enquanto representação imaginária da realidade tem como consequência, novamente, pontos e contrapontos entre ciência e ideologia, pois a ideologia expressa a maneira pela qual os indivíduos vivenciam uma situação, não a maneira pela qual eles a conhecem, designativo próprio à prática científica. Tal oposição é confirmada através de uma outra função, atribuída pelo filósofo Louis Althusser a ideologia. Em qualquer sociedade que se manifeste assegura a coesão social de seus membros, regulando o vínculo que os une às respectivas tarefas. A ideologia seria, nesse contexto, uma espécie de cimento da sociedade conforme as concepções durkheimiana, pois conduziria os membros de uma determinada sociedade a aceitarem sem maiores resistências as tarefas que lhes são atribuídas pela divisão social do trabalho, na medida em que fornece as normas e as regras de conduta indispensáveis ao funcionamento das engrenagens sociais. Ou seja, a ideologia, representada pelos aparelhos ideológicos no sistema de representação de massa, é indispensável a toda sociedade para formar os homens, transformá-los e pô-los em condições de responder às exigências de suas condições de existência.

Por fim, deve se considerar que a concepção de agente social na perspectiva de uma sociedade livre e democrática não se confunde com a ausência de direitos e obrigações, elementos que encontram-se em constante processo, porém para que isso aconteça, demanda-se uma educação que corresponda a uma expectativa, do Estado e da sociedade.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) > . Acesso em: 15 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. FREIRE, Paulo. **Algumas notas sobre conscientização**. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: [http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o\\_Cultural\\_para\\_a\\_Liberdade.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf). Acesso em: 02 de julho de 2020.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a Teoria da Ideologia In: Lecturas de Althusser**. Buenos Aires, Galerna, 1971, pp. 328 e 330.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.